



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO

Analista Legislativo

Atribuição: Taquígrafo Legislativo

Provas Objetiva e Prática de Análise Textual

TARDE

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e no seu caderno de Folhas Definitivas da Prova Prática de Análise Textual. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva, e a prova prática de análise textual, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Não se pode apertar mãos com punhos fechados.
O descumprimento dessa instrução poderá implicar a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para textos definitivos da prova prática.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição dos textos definitivos da Prova Prática de Análise Textual para as respectivas folhas definitivas.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e o seu caderno de Folhas Definitivas da Prova Prática e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou no caderno de Folhas Definitivas da Prova Prática de Análise Textual poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 Entre os muitos méritos dos nossos livros, nem sempre
figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados
em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito
4 grave, a que se junta o da excessiva influência da língua
francesa. Esse ponto é objeto de divergência entre os nossos
escritores. Divergência, digo, porque, se alguns caem naqueles
7 defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam
por princípio, ou antes, por uma exageração de princípio.

Não há dúvida que as línguas aumentam e se alteram
10 com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer
que a nossa pare no século de quinhentos é um erro igual ao de
afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu
13 riquezas novas. A este respeito, a influência do povo é
decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas,
que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de
16 cidade.

Mas, se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro
o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a
opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda
19 aquelas que destoem das leis da sintaxe e da essencial pureza
do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não
está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o
22 capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele
exerce também uma grande parte de influência a este respeito,
25 depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão.

Machado de Assis. *O jornal e o livro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.25-6.

Com relação às ideias e a aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens de 71 a 78.

- 71 O conector “Mas” (ℓ.17) estabelece relação de oposição entre a ideia principal do segundo parágrafo e a do terceiro, visto que, neste, Machado de Assis defende a “essencial pureza do idioma” (ℓ.20-21) e, naquele, admite que a “influência do povo é decisiva” (ℓ.13-14) no processo de mudança da língua. O emprego do pronome indefinido “certos” (ℓ.14) e da expressão “direito de cidade” (ℓ.15-16) são indícios da posição purista do autor, a qual é ratificada pelo emprego da palavra “abuso” (ℓ.22).
- 72 A expressão adverbial “nem sempre” (ℓ.1) tem sentido equivalente tanto a **quase nunca** quanto a **ocasionalmente**.
- 73 No segundo período do texto, o verbo no infinitivo corresponde, em oração desenvolvida, à construção **que se vejam**, a qual mantém indeterminado o agente da ação expressa por esse verbo.
- 74 Depreende-se da leitura do texto que “solecismos” (ℓ.3) são transgressões às prescrições gramaticais da norma padrão de uma língua.
- 75 A “divergência” a que se refere o autor do texto diz respeito à adoção, pelos escritores brasileiros, de conceitos diferentes de pureza, ou ortodoxia linguística.
- 76 Seriam mantidos a correção gramatical e o sentido original do período que inicia o segundo parágrafo do texto, construído na ordem direta, se a expressão adverbial “com o tempo e as necessidades dos usos e costumes” (ℓ.10) fosse deslocada para o início do período, desde que seguida de vírgula e feitas as devidas alterações no emprego de maiúsculas e minúsculas.
- 77 Na linha 12, os pronomes “sua” e “lhe” têm como referência a expressão “a nossa” (ℓ.11), em que há elipse do vocábulo **língua**.

78 No último período do excerto apresentado, ao referir-se à influência dos escritores na manutenção da denominada norma padrão, Machado de Assis revela-se preconceituoso, dado que postula que os textos literários sejam modelos de correção linguística e que aprimorem não só a linguagem, mas também a razão do povo.

1 É verdade que quase todo mundo tem suas
preferências, detesta algumas construções, prefere a pronúncia
de alguma região etc. Mas o linguista precisa manter uma
4 atitude científica, com atenção constante às realidades da
língua e total respeito por elas. Se ele verifica que as pessoas
dizem frases como “Se você ver ela, fala com ela pra me
7 telefonar”, precisa reconhecer essa construção como legítima
na língua. Por outro lado, em um texto escrito, ele
provavelmente encontraria outra frase, que igualmente precisa
10 ser reconhecida. As duas coexistem, cada qual no seu contexto.
O linguista, cientista da linguagem, observa a língua como ela
é, não como algumas pessoas acham que ela deveria ser.
13 Condenar uma construção ou uma palavra ocorrente como
incorreta é mais ou menos como decretar que é “errado” que
aconteçam terremotos. Eles acontecem, e um cientista não tem
16 remédio senão reconhecer os fatos. O objetivo dos linguistas é
descrever e explicar, e não, prescrever formas certas e proibir
formas erradas. Para nós, “certo” é aquilo que ocorre na língua.

Mário A. Perini. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 20-1 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, relativos ao texto acima.

- 79 No trecho “que igualmente precisa ser reconhecida” (ℓ.9-10), o emprego do advérbio “igualmente” possibilita a elipse do segmento “como legítima na língua” (ℓ.7-8) após a locução verbal “ser reconhecida”.
- 80 De acordo com o texto, em uma análise científica de construções linguísticas, deve ser considerada a adequação à situação em que tais construções foram empregadas.
- 81 Infere-se do texto que seu autor é linguista e, como tal, defende que os gramáticos, em vez de formularem regras, assumam atitude científica, ou seja, descrevam e expliquem todas as construções linguísticas, visto que, segundo o autor, todas são legítimas, como sintetiza no último período do texto.
- 82 No período compreendido entre as linhas 13 e 15, está implícita, na comparação entre incorreções gramaticais e “terremotos” (ℓ.15), a referência aos erros crassos de determinadas construções linguísticas, visto que estes, tal como os terremotos, têm poder de destruição.
- 83 Preservando-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o trecho “e um cientista não tem remédio senão reconhecer os fatos” (ℓ.15-16) poderia ser assim reescrito: um cientista, se não aceitar os fatos tal como são, não conseguiria explicá-los.
- 84 Como a palavra **preferência** pertence ao mesmo campo semântico de **comparação**, o trecho “prefere (...) etc.”(ℓ.2-3) poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: prefere a pronúncia de alguma região do que outra etc.

1 Ligadas ao uso linguístico, existem sempre, nas
diversas comunidades linguísticas, as modalidades não
normatizadas da língua ao lado de uma modalidade
4 considerada a norma padrão, à qual se atribuem qualidades
“superiores”: ela seria mais regular, modelar e, portanto,
deveria ser seguida e perseguida.

7 Isso é particularmente notável na codificação inicial
da gramática ocidental, em que a ameaça do sobrepujamento da
língua grega pelos falares “bárbaros”, “corrompidos” conduziu
10 determinantemente nesse sentido as lições que os gramáticos
produziam.

13 Estamos longe de ver o cidadão comum e o professor
reconhecendo que a variação linguística é nada mais que a
manifestação evidente da essência e da natureza da linguagem,
reconhecendo que há um padrão valorizado, sim, mas que
16 o uso do padrão prestigiado não constitui, em si e
intrinsecamente, um uso de boa linguagem e que essa avaliação
só ocorre pelo viés sociocultural, condicionado pelo viés
19 socioeconômico.

Na nossa sociedade, já não se verifica a mesma
conjuntura sociopolítica da época da instituição da disciplina
22 gramatical ocidental. Hoje, nossa língua e literatura não estão
ameaçadas, mas nossas sociedades são extremamente
competitivas, e nelas cada um quer assegurar para si todos os
25 meios que considera garantidores de inserção social e,
necessariamente, entende que a linguagem de prestígio é um
dos caminhos essenciais para isso.

Maria Helena de Moura Neves. **Heranças: a gramática.** In: Neusa
Barbosa Bastos (Org.) **Língua portuguesa: uma visão em mosaico.**
São Paulo: IP PUC-DP/EDUC, 2002, p. 43-4 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos ao texto acima.

85 A autora do texto defende que a apropriação da linguagem de
prestígio seja um dos valores que garantem o poder de
competitividade do cidadão na sociedade atual.

86 Entre os recursos de produção de texto utilizados pela autora,
em sua argumentação, incluem-se: o emprego de formas
verbais no futuro do pretérito — “seria” (l.5) e “deveria” (l.6)
—, que imprimem assertividade ao discurso, e o emprego das
aspas no segundo parágrafo, no qual são ressaltados os
vocábulos que melhor expressam a opinião da autora a respeito
das modalidades da língua não normatizadas.

87 O pronome que inicia o segundo parágrafo refere-se às ideias
expressas em todo o parágrafo que o antecede.

88 A expressão pronominal “em que” (l.8) poderia ser substituída
corretamente pelo pronome **cuja**.

89 De acordo com o texto, desde a primeira sistematização de
regras gramaticais, feita na Grécia Antiga, predominaram,
entre os gramáticos, o critério da regularidade e o da
superioridade linguística da modalidade da língua, os quais,
segundo a autora do texto, melhor caracterizam a essência e a
natureza da linguagem.

1 Antes de tudo, a gramática normativa depende da
linguística sincrônica, ou gramática descritiva, para não ser
caprichosa e contraproducente. Regras de direito que não
4 assentam na realidade social, depreendida pelo estudo
sociológico puro, caem no vazio e são ou inoperantes ou
negativas até. Assim, também, só é altamente nociva uma
7 higiene que não assenta em verdades biológicas. Não se
compreende uma situação inversa. Depois, mesmo quando
convém a correção de um procedimento linguístico (porque
10 marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista da
posição social, ou porque prejudica a clareza e a eficiência da
sua capacidade de comunicação, ou porque cria um cisma
13 perturbador em um uso mais geral adotado), é preciso saber a
causa profunda desse procedimento, para poder combatê-lo
na gramática normativa. Finalmente, a norma não pode ser
16 uniforme e rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com
cada situação social específica. O deputado não fala na rua, ao
se encontrar com um amigo, comoalaria em uma sessão da
19 Câmara. E assim por diante.

Joaquim Mattoso Câmara Jr. In: Evanildo Bechara.
Estudo da língua portuguesa: textos de apoio.
Brasília: FUNAG, 2010, p. 308-9 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens seguintes.

90 Haveria mudança de sentido do terceiro período do texto
(l.6-7) se fosse alterada a posição da palavra “só”, como na
seguinte construção: Assim, também, é altamente nociva uma
higiene que não se assenta só em verdades biológicas.

91 Seria mantida a correção gramatical do texto se as formas
verbais “convém” (l.9) e “é” (l.13) fossem substituídas,
respectivamente, por **convir** e **seria**.

92 Entre as causas de se efetuar a “correção de um procedimento
linguístico” (l.9) inclui-se a de uso inadequado de uma variante
linguística em situação que exigiria o uso da modalidade
prestigiada, ou seja, da que atende à norma padrão.

93 No período “O deputado não fala na rua, ao se encontrar com
um amigo, comoalaria em uma sessão da Câmara” (l.17-19),
o autor utiliza-se da exemplificação como recurso para
sustentar a argumentação desenvolvida no texto.

94 Na linha 2, o autor do texto estabelece relação de sinonímia
entre as expressões “linguística sincrônica” e “gramática
descritiva”, como evidenciam o emprego de vírgula e o do
conector “ou”, bem como a omissão da preposição **de**
combinada com o artigo **a (da)** logo depois do conector “ou”.

95 Para referir-se à possibilidade de a gramática normativa ser
“caprichosa e contraproducente” (l.3), o autor do texto utiliza
o recurso da analogia entre as regras gramaticais e as regras de
direito e as de higiene, afirmando que essas regras não
prescindem dos conhecimentos produzidos, respectivamente,
nos estudos da linguística, da sociologia e da biologia.

Abrev. é preciso

1 Muito combatidas em alguns contextos de produção
 escrita da atualidade, as abreviaturas constituem parte
 importante da escrita de uma língua. Apesar das polêmicas que
 4 norteiam o assunto serem atuais, a prática de abreviar não é
 exclusiva dos tempos de hoje. Algumas necessidades de nossos
 antepassados fizeram que esse costume fosse muito difundido
 7 bem antes de sonharmos com os computadores modernos.

Durante os primeiros séculos da história do Brasil, o
 uso de abreviaturas nos documentos aqui escritos era constante.
 10 Entre os fatores que favoreciam a proliferação das abreviaturas
 nos documentos, havia a significativa distância entre Brasil e
 Portugal, com a consequente dificuldade de adquirir materiais
 13 para a escrita (tintas, papéis, plumas), e a ausência de um
 sistema ortográfico oficial para a língua portuguesa, além, é
 claro, da maior velocidade adquirida ao se abreviar palavras de
 16 textos produzidos à mão.

Aliás, quando o assunto é abreviar, logo vem à mente
 o debate sobre o uso indiscriminado das abreviaturas na
 19 Internet. Esse tema vem provocando muitas discussões entre
 estudiosos da linguagem, pais e professores de português
 devido à preocupação de que o hábito, muito presente na vida
 22 dos jovens, afete outros contextos de produção escrita.
 Polêmicas à parte, podemos entender essa prática como uma
 forma que os internautas encontram de garantir uma
 25 comunicação mais rápida, para poderem se comunicar com
 várias pessoas ao mesmo tempo.

Maria Cristina Parreira da Silva e Abner Maicon Fortunato Batista.
 Internet: <<http://linguaportuguesa.uol.com.br>> (com adaptações).

Acerca das ideias e dos aspectos gramaticais do texto acima, julgue
 os próximos itens.

- 96 Depreende-se do texto que o emprego de abreviaturas em
 documentos elaborados no Brasil Colônia deveu-se mais à
 necessidade de redução de gastos financeiros com materiais
 usados na escrita do que à ausência de um sistema ortográfico
 oficial.
- 97 Contrariamente à opinião de estudiosos da linguagem e pais, a
 autora do texto defende o uso indiscriminado das abreviaturas,
 o que é confirmado no título do texto.
- 98 Atendendo-se à norma gramatical, o primeiro período do
 texto poderia ser substituído pela seguinte construção: Na
 atualidade, combate-se muito, em certos contextos de escrita,
 as abreviaturas, que são, de fato, parte importante da língua
 escrita.
- 99 Infere-se das informações expressas no texto que a autora
 considera a chegada dos colonizadores portugueses como o
 momento em que se inicia a história do Brasil.
- 100 Mantendo-se a correção gramatical do texto, a forma verbal
 “havia” (ℓ.11) poderia ser substituída por **podem ser citadas**.

No que se refere à posse dos deputados, à ouvidoria parlamentar, às
 comissões parlamentares e às sessões da Câmara, julgue os itens a
 seguir com base no disposto no Regimento Interno da Câmara dos
 Deputados (RI/CD).

- 101 É vedada à Câmara dos Deputados a realização de sessão
 secreta.
- 102 Sistema estatístico, cartográfico e demográfico nacional
 inclui-se entre os campos temáticos da Comissão de Ciência e
 Tecnologia, Comunicação e Informática.
- 103 Compete à ouvidoria parlamentar realizar, com autorização
 da Mesa Diretora, audiências públicas com segmentos da
 sociedade civil.
- 104 O candidato diplomado deputado federal deve apresentar,
 pessoalmente ou por intermédio de seu partido, à Mesa
 Diretora, até o dia 31 de janeiro do ano de instalação da
 legislatura para a qual foi eleito, o diploma expedido pela
 justiça eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome
 parlamentar, legenda partidária e unidade da Federação que
 representa.

Com base no disposto no RI/CD, julgue os próximos itens, relativos
 às sessões públicas da Câmara, às questões de ordem e à
 apresentação de proposições.

- 105 Não se admite a formulação, durante a ordem do dia, de
 questão de ordem não atinente diretamente à matéria constante
 da pauta nem por prazo superior a três minutos; não se admite,
 ainda, que deputado fale mais de uma vez sobre uma mesma
 questão de ordem.
- 106 Quando no plenário da Câmara dos Deputados estiver presente
 a maioria absoluta dos deputados, certificada mediante
 verificação de *quorum*, a apreciação da pauta deverá ser
 iniciada na seguinte ordem: requerimentos de urgência;
 redações finais; matérias constantes da ordem do dia;
 requerimentos de deputados dependentes de votação imediata;
 requerimentos de comissão sujeitos a votação.
- 107 Sessão plenária da Câmara para discutir projeto de lei de
 iniciativa popular será transformada em comissão geral, desde
 que o orador responsável pela defesa desse projeto esteja
 presente à sessão.

Com relação aos projetos e à apreciação, tramitação e discussão de
 proposições, julgue os itens a seguir com base no RI/CD.

- 108 Projetos de lei com prazo determinado tramitam em regime de
 urgência.
- 109 A discussão, fase destinada ao debate em plenário, deve
 compreender o conjunto da proposição e das emendas, quando
 as houver, razão por que é vedado o debate por títulos ou
 grupo de artigos.
- 110 Os projetos de resolução destinam-se a regular, com eficácia
 de decreto legislativo, matéria de competência privativa da
 Câmara dos Deputados, de caráter político, processual,
 legislativo ou administrativo.
- 111 No caso de o Plenário reconhecer a constitucionalidade e a
 juridicidade de uma proposição, o deputado que discorde de tal
 deliberação não poderá arguir essas preliminares novamente.

No que concerne à votação de matérias, aos projetos de código e ao comparecimento de ministro de Estado às comissões parlamentares, julgue os itens a seguir com base no disposto no RI/CD.

- 112** O deputado que ocupa determinado cargo na Câmara em razão de indicação de sua bancada partidária, ao dela se desvincular, poderá nele permanecer, haja vista tratar-se de cargo público.
- 113** A fase de votação completa o turno regimental da discussão; iniciada a votação de uma matéria, não será mais admitida solicitação para seu adiamento.
- 114** Considere que uma das comissões da Câmara convoque, mediante ofício do primeiro-secretário, um ministro de Estado para prestar informações sobre assunto determinado. Nessa situação, a ausência sem justificativa adequada do ministro convocado importará em crime de responsabilidade. Caso compareça, ele somente poderá ser interpelado sobre matéria pertinente à convocação.
- 115** Projeto de código aprovado pela Câmara dos Deputados deverá ser encaminhado ao Senado Federal no prazo de até cinco sessões, acompanhado da publicação de todos os pareceres que instruíram sua tramitação.

Com base no RI/CD, julgue os itens que se seguem, relativos aos deputados, à participação da sociedade civil, ao credenciamento de entidades e da imprensa e à administração e economia interna da Casa.

- 116** Órgãos de imprensa, do rádio e da televisão podem credenciar seus profissionais, com exceção dos correspondentes estrangeiros, perante a Mesa Diretora, para o exercício de atividades jornalísticas pertinentes à Câmara e seus membros.
- 117** É vedado à Consultoria Legislativa da Câmara contratar pessoa física para prestar serviço eventual de consultoria.
- 118** A iniciativa popular de leis ordinárias pode ser exercida mediante apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei, que poderá ser rejeitado liminarmente por conter vícios de linguagem ou apresentar imperfeições de técnica legislativa.
- 119** Comprovada, mediante laudo médico de junta nomeada pela Câmara, a incapacidade civil absoluta de deputado federal, ele será suspenso do exercício do mandato, mas não perderá sua remuneração.

Com base no disposto no Regimento Comum do Congresso Nacional (RC/CN), julgue os itens a seguir, relativos aos líderes e à ordem dos trabalhos.

- 120** Uma sessão conjunta do Congresso Nacional somente poderá ser aberta se estiverem presentes pelo menos vinte e sete senadores.
- 121** A escolha do líder da minoria no Congresso Nacional deve ser anual e de forma alternada entre senadores e deputados federais. A ele é permitido discursar uma única vez, em qualquer fase da sessão, para comunicação urgente.
- 122** A sessão conjunta do Congresso Nacional tem duração de quatro horas, podendo ser prorrogada sempre por prazo fixo, que não poderá ser restringido, salvo por falta de matéria a tratar ou de quórum para o prosseguimento da sessão.

No que se refere à apreciação de matérias, às sessões solenes e às modalidades de votação, julgue os itens seguintes com base no disposto no RC/CN.

- 123** As votações nas sessões conjuntas podem ser realizadas pelos processos simbólico, nominal e secreto. Para que a votação seja feita pelo processo simbólico, é necessária a deliberação do Plenário, mediante apresentação de requerimento por líder apoiado por um sexto de senadores e de deputados.
- 124** A apreciação de matérias em sessão conjunta deve ser feita em um só turno de discussão e votação, podendo, nas deliberações, ser computados conjunta ou separadamente os votos da Câmara dos Deputados e os do Senado Federal. O cômputo separado dos votos inicia-se pelos do Senado Federal.
- 125** Nas sessões solenes, em que não há expediente nem se admite formulação de questão de ordem, integram a Mesa do Congresso Nacional o presidente da Câmara e, mediante convite, o presidente do Supremo Tribunal Federal.

Acerca do projeto de lei orçamentária, do veto e da delegação legislativa, julgue os itens que se seguem com base RC/CN.

- 126** Projeto de lei delegada elaborado pelo presidente da República é votado em globo, admitindo-se a votação destacada das partes consideradas, pela comissão mista constituída para examiná-lo, em desacordo com o ato de delegação.
- 127** A delegação pelo Congresso Nacional de poderes ao presidente da República para a edição de atos de competência exclusiva do Poder Legislativo deve ser aprovada pela maioria absoluta dos membros de cada uma das casas legislativas.
- 128** O projeto de lei orçamentária, encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente da República juntamente com uma mensagem, que deve ser recebida e lida em sessão conjunta, especialmente convocada para esse fim, deve ser apreciado por uma comissão mista, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conta com a colaboração das comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 129** O presidente do Senado, ao ser comunicado pelo presidente da República dos motivos do veto a projeto de lei, deverá convocar sessão conjunta do Congresso Nacional, a ser realizada em até setenta e duas horas, para dar conhecimento da matéria aos parlamentares.

Com relação às disposições comuns sobre o processo legislativo, julgue o item a seguir com base no RC/CN.

- 130** Projeto de lei aprovado em uma das Casas do Congresso Nacional é enviado à outra, a Casa revisora, em autógrafos assinados pelo respectivo presidente. Quaisquer retificações realizadas pela câmara revisora para sanar incorreções de linguagem no projeto, ainda que não alterem o conteúdo da proposição, são consideradas emendas, razão por que deve o texto voltar à câmara iniciadora para nova apreciação.

PROVA PRÁTICA DE ANÁLISE TEXTUAL

- Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para as **FOLHAS DEFINITIVAS DA PROVA PRÁTICA DE ANÁLISE TEXTUAL**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- No caderno de **folhas definitivas**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

O excerto apresentado a seguir, extraído da obra **Ferro e Civilização no Brasil**, de Gilberto Freyre, faz parte do discurso proferido por Joaquim Nabuco, como deputado, em 14 de setembro de 1885. O texto foi adaptado e, nele, foram inseridos erros gramaticais.

Com base na norma padrão da língua portuguesa escrita e considerando as peculiaridades de um discurso parlamentar, identifique os erros gramaticais do citado texto, transcrevendo-os, sucessivamente, para os espaços especificados nas Folhas Definitivas da Prova Prática de Análise Textual. A cada erro identificado, faça, sucessivamente, o seguinte: indique o número da linha de localização do erro; transcreva o erro identificado; escreva — sem comentários — sua proposta de correção do erro identificado.

1 Basta olhar para o mapa-mundi, para se ver que o Brasil é um país que não pode ter uma administração centralizada. Oito milhões de quilômetros quadrados forma uma superfície que, só por não ser povoada, não excluí, desde logo, a ideia de uma nacionalidade única.

4 Somente o patriotismo romântico do nosso tempo, onde a ideia de independência tem perturbado tantas imaginações, poderia fazer acreditar que o Pará se governa a si mesmo, porque mandam seis deputados e três senadores ao Rio de Janeiro! As diferenças são estas: os princípios, hoje, são liberais, ao passo que, antigamente, 7 predominavam os princípios da obediência passiva; temos, hoje, direitos constitucionais, ao passo que não tínhamos, no passado, senão os direitos das Ordenações. Mas, quanto à autonomia, a verdade é que o Pará é governado de fora, ou seja, por um poder estranho, que nunca lá pôs os pés e tem tanto conhecimento das necessidades, aspirações e 10 tendências que se manifestam no Pará como tinha o governo de Lisboa.

A história da Província de Mato Grosso é a melhor demonstração do sistema absurdo de centralização que nos 13 rege. Para se chegar a Mato Grosso é preciso atravessar, se não as águas, pelo menos, as bandeiras de quatro Estados diferentes. É preciso atravessar o Estado Oriental, a República Argentina, as águas estreitas do Paraguai e a margem da Bolívia. A guerra do Paraguai veio mostrar que aquela província poderia ter sido arrebatada, sem que, por muito tempo sequer, constasse, na Corte, que ela nos fugira das mãos.

16 Cabe, ainda, uma observação, Sr. Presidente. Com as imensas distâncias neste país, com os dois meses, que eu suponho, que seja gasto daqui a Tabatinga, e um mês, daqui à Cuiabá, como é que se pode ultimar o menor 19 negócios que dependa de Tabatinga e de Cuiabá como partes do mesmo Império? Pode um país que tem essas distâncias entre os seus diversos pontos ser governado assim?

A minha observação não refere-se à unidade do Império, à defesa externa, que, por sua natureza, dado a 22 extensão do território, tem de ser centralizado. Em relação a isso, cada província recebe a proteção do Império e o auxílio de todas as outras. Falo porém, do que é somente provincial, e não, do interesse pela integridade do território. O atual sistema é tão absurdo para o Amazonas e o Pará como para o Rio Grande do Sul. Não sei, Sr. Presidente, quem, nesta Câmara, excetuando-se os membros da bancada rio-grandense-do-sul, podem ter a pretensão de 25 governar de tão longe, por si ou por meio de um ministro de Estado, uma província como do Rio Grande do Sul, cuja aproximação da bacia do Prata, cuja produção, cujo clima, cuja imigração, constituem problemas completamente diversos daqueles que são agitados nesta Corte. Para resolver esses problemas, é necessário a verdadeira autonomia 28 e governo próprio para promover os interesses da província, formar milícias e, por meio de leis avançadas, que seu espírito liberal aceita, atrair a imigração europeia, conseguindo, assim, crescimento paralelo ao do Rio da Prata, com que seria uma garantia de paz e mais um laço de união entre as duas democracias limítrofes. A autonomia, Sr. 31 Presidente, é o grande interesse de todo o país, é o interesse dessas províncias novas, onde estão sendo lançadas as primeiras sementes da população do futuro; é o interesse de outras províncias, como o da Província do Ceará, cujo o antigo sistema já produziu todos os seus perniciosos efeitos; é o interesse de províncias pobres, que tem de fazer 34 imensos sacrifícios para sustentarem a sua organização, diferentemente das ricas, que se gabam de estarem sustentando às outras.

Nenhuma província, por mais comprometida que esteje, será sacrificada pela autonomia. A Província do Rio 37 de Janeiro, por exemplo, que se supõe, erradamente, que esteja interessado na centralização, teria um futuro grandioso, se organizada em província autônoma. Confesso que, para mim, é causa de maravilha e espanto que as províncias se resignem ao governo que têm. É preciso muita boa vontade para acreditar que a administração desta 40 Corte possa favorecer igualmente os interesses do Amazonas e os de Pernambuco, os da Bahia e os de Mato Grosso, os do Rio de Janeiro e os de Minas Gerais, os do Maranhão e os do Rio Grande do Sul. Eu não teria tempo para mostrar os mais notáveis absurdos de semelhante uniformidade, mas, Sr. Presidente, não posso deixar de admirar 43 a credulidade ou a paciência dos meus compatriotas de todas províncias.

Não há uma só província à qual o sistema atual não prejudique e não lhe cave a ruína. No entanto, as 46 províncias não têm consciência de que a centralização está colocando, sobre seu corpo, um peso cada vez maior e que elas poderão, cada vez menos, levantar. É um fato que se deve imputar à superstição do patriotismo em seu estado de ignorância.

Acabei, Sr. Presidente, de referir-me a grandes razões, que chamarei razões capitais; mas devo aludir a duas 49 outras que já aponte. A primeira, Sr. Presidente, é a impossibilidade absoluta de um presidente representante desta Corte assegurar um governo provincial. Quando falo desta Corte, falo do centro nominal deste sistema pernicioso de centralização, no qual a cidade do Rio de Janeiro é a primeira vítima. É absolutamente impossível, mesmo que se

52 alterem as condições atuais da delegação, fazer de um governo com raízes nesta Corte um governo verdadeiramente
provincial de espírito e de coração. Não me refiro, neste momento, ao nível baixo das presidências de províncias, nível
que, por certo, não será alterado de forma permanente pelo esforço eleitoral que acaba de ser feito pelo Partido
55 Conservador. Não acredito que o esforço feito, ultimamente, pelo governo, para colocar, com fins eleitorais, homens
de certa ordem nas administrações, eleve o nível das presidências.

Como são, em geral, os presidentes de províncias? São homens sem independência; são homens que se
58 encarregam de certa missão, que vão às províncias passar alguns meses, que obtém esses empregos e voltam
distinguindo-se menos pela sua ignorância de tudo que respeita a fisiologia de um Estado, ainda que pequeno, como
é a província, do que pelo desprezo da opinião da população das regiões que administraram. Eles sabem
61 perfeitamente que o telescópio de Boa Vista penetra e alcança com a mesma segurança, os igarapés do Amazonas,
as florestas virgens de Mato Grosso e as confeitarias da Rua do Ouvidor, e seu único desejo é merecer a proteção do
Imperador. Para isso, governam as províncias tendo, sempre, a vista distraída para o poder central, em vez de tê-la
64 fixada nas circunstâncias territoriais que lhe foram entregues. Mas não insisto de que é apenas doença, ainda que essa
doença seja constitucional, seja do nosso sistema administrativo, porque é o sistema mesmo que é injustificável.
Quando for possível levantar, sobre o atual regime, o nível dos cargos públicos de primeira ordem, como são as
67 presidências de províncias; quando for possível constituir em partidos fortes e disciplinados por uma tradição e, dessa
forma, conseguir que os presidentes de províncias não só sejam homens de capacidade e prestígio, mas também
tenham tempo para conhecer as províncias, ainda assim não estará modificado, senão no que diz respeito à
70 moralidade e à inteligência, o governo das províncias, governo de estrangeiros, de governantes irresponsáveis com
os governados. Sim, eu repito, quando for possível altear o nível da delegação ministerial nas províncias, ainda assim
não se poderá alterar a característica deste sistema, que é a de ter suas raízes nesta Corte.

73 Todas as alterações que poderiam melhorar consideravelmente o sistema administrativo brasileiro não
poderiam alterar o regime atual, que consiste na falta de relação imediata entre o governante e o governado. Com
efeito, o presidente representa nas províncias, o mandato que leva do poder central, e, nesta Corte, não há — sinto
76 dizer-lo — elemento algum que patrocine a causa das províncias. Temos sido definidos como um governo pessoal,
como um depotismo e como uma democracia. A forma exatamente deste governo é uma burocracia monárquica. O
Imperador pode muito na sua alta esfera, e, por ser ele a fonte real de todos os poderes, é justo dizer que ele pode
79 tudo. Mas o Imperador está obrigado, por sua vez, a governar em um sistema burocrático.

Ora, todos os fatores importantes da nossa política são contrários ao desenvolvimento local. O Imperador o
é, naturalmente. Chefe de uma dinastia, educado na persuasão e na crença de que o país é ele, mais parecido com
82 o tipo da família de Habsburgo do que com o tipo da família de Bragança e, como os Habsburgo, dando mais
importância à opinião da sua capital do que a do resto do Império, ele não tem motivo algum para procurar
desmembrar os poderes administrativos que possui e criar a verdadeira autonomia provincial. O Senado compõe-se
85 de representantes das províncias, mas são homens que se transplantaram todos para esta Corte; são homens que
quase perderam de vista, por assim dizer, os interesses das pequenas localidades que formam as províncias que lhes
elegeram; são homens que representam, constituídos em aristocracia do país, o espírito central, e não, os interesses
88 provinciais. Mas não para aí, Sr. Presidente, o abandono das províncias. Em toda administração pública, em toda a
sociedade, encontra-se o mesmo desprendimento pelo futuro e pelo engrandecimento das províncias. É a tremenda
conspiração do silêncio e da indiferença que constitui, como eu já disse, a principal força deste poder central. Mas
91 a pior feição de tudo isso é que as províncias mesmo não mostram interessar-se pelo seu estado, não exercem a
mínima pressão nem mesmo sobre os seus representantes e parecem não ter consciência de que a centralização as
está matando, impedindo o seu legítimo desenvolvimento, criando preferências entre elas e sobrecarregando-lhes
94 o futuro de tal forma que, não se sabe se muitas delas ainda têm futuro.

Joaquim Nabuco. Discurso proferido em 14/9/1885. In: Gilberto Freyre. **Ferro e civilização no Brasil**.
Recife: Fundação Gilberto Freyre; Rio de Janeiro: Record, 1988, p. 413-20 (com adaptações).

RASCUNHO – ANÁLISE TEXTUAL 1/8**NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:**

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

RASCUNHO – ANÁLISE TEXTUAL 2/8**NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:**

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

RASCUNHO – ANÁLISE TEXTUAL 3/8NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

RASCUNHO – ANÁLISE TEXTUAL 4/8**NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:**

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

RASCUNHO – ANÁLISE TEXTUAL 5/8NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

RASCUNHO – ANÁLISE TEXTUAL 6/8**NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:**

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

RASCUNHO – ANÁLISE TEXTUAL 7/8**NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:**

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

RASCUNHO – ANÁLISE TEXTUAL 8/8**NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:**

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____

NÚMERO DA LINHA DE LOCALIZAÇÃO DO ERRO:

TRANSCRIÇÃO DO ERRO: _____

CORREÇÃO DO ERRO: _____



cespeUnB

Centro de Seleçãº e de Promoçãº de Eventos